



FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA

O ESTADO PUERPERAL E O INFANTICÍDIO: POSSIBILIDADE DE INIMPUTABILIDADE.

Larissa Mendes Pereira

Júlia Bertachi

(Acadêmicas do 2º semestre A, Curso de Direito, FACNOPAR)

M^a Ivana Nobre Bertolazo

(Professora Orientadora da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico)

Me. Ericson Makarius Borges

(Professor Orientador da disciplina de Psicologia Jurídica)

O presente artigo irá retratar a possibilidade de inimputabilidade em relação à parturiente que no Estado Puerperal comete o crime de Infanticídio, descrito no art. 123, do Código Penal Brasileiro. Tem como objetivo analisar o crime de infanticídio, porém com ênfase no conceito de Estado Puerperal que suscita questionamentos e conflitos doutrinários, focando este como um grande influenciador da parturiente cometer o crime, já que diversos fatos são levados em conta como: raiva, stress, descontentamento com o corpo, descaso do parceiro, da sociedade ou da família, que somados com o momento de fragilidade em que tudo está voltado para si e para o fruto que carrega em seu ventre, podem interferir em seu psicológico passando a sentir desprezo pelo recém-nascido e até mesmo achar que o mesmo pode vir a causar algum mal futuramente, levando a cometer tal barbárie. Optou-se pela pesquisa bibliográfica, através de bibliografias já publicadas, ou seja, utilizando fontes como livros, artigos científicos, entre outros. Ao final, será apresentada a conclusão com algumas considerações relativas ao estudo, contendo o entendimento das autoras. De um modo geral, considerou-se ao decorrer da pesquisa que o Estado Puerperal influencia sim no entendimento e auto-determinação a ponto da parturiente não entender a ilicitude de seu ato, e que mesmo não sendo previsto no Código Penal, deveria entrar no disposto do art. 26 que trata sobre a imputabilidade. Se esse estado faz com que a mãe sofra de uma perturbação psicológica, a ponto de tirar a vida que acaba de gerar, quando diagnosticado tal alteração, aparentemente mereceria tratamento de inimputabilidade, devendo ser submetida a tratamento médico para que possa se reintegrar a sociedade, podendo assim enxergar o quão foi errônea sua atitude.

Palavras-chaves: Estado Puerperal. Infanticídio. Inimputabilidade.